

EU-CIDADÃO: INCLUSÃO DIGITAL E CIDADANIA

EU-CIDADÃO: DIGITAL INCLUSION AND CITIZENSHIP

Paulo Ricardo Oliveira Dias¹

Lucas Borowski Plost²

Tânieli Oliveira³

Tayla Caroline Puhl⁴

RESUMO

A falta de infraestrutura física, de computador e o custo elevado das conexões apresentam-se como importantes fatores responsáveis pelo não acesso às Tecnologias Sociais (TI's) e à Internet das populações em desvantagens econômicas. Este apartheid digital pode ser visto e analisado sob vários aspectos, porém, a dimensão do acesso aos computadores é a primeira barreira a transpor. Possibilitar aos cidadãos excluídos agregar conhecimento e desenvolver o capital intelectual, colaborando para sua evolução social, cultural e econômica é uma das propostas e objetivos do Projeto Social Eu-Cidadão, que acredita que as novas tecnologias podem ter um grande impacto na inclusão produtiva e no combate à pobreza. O Projeto se destina aos usuários da Assistência Social indicados pela Rede Socioassistencial do município de São Leopoldo, público das escolas públicas e alunos(as) bolsistas Prouni Unisinos e dos projetos sociais da Universidade, desde que a renda familiar per capita não ultrapasse dois salários mínimos. As oficinas são construídas em conjunto com o público atendido, levando em consideração as habilidades pessoais, cognitivas, intelectuais e sociais de cada grupo para lidar com os computadores. As oficinas são divididas em grupo de até 15 usuários com encontros semanais de 2h/aula em um período de 30 encontros.

Palavras-chaves: Tecnologia. Cidadania. Inclusão.

ABSTRACT

The lack of physical infrastructure, computer and high cost of connections present themselves as important factors responsible for the lack of access to Social Technologies (TI's) and Internet populations in economic disadvantages. This digital apartheid can be seen and analyzed in many ways, however, the extent of access to computers is the first barrier to overcome. Enable citizens excluded aggregate knowledge and develop intellectual capital,

¹ Especialista em formação - Gestão do Social - pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, Assistente Social CRESS 7771 10ªR, Coordenador do Projeto Social Eu-Cidadão: inclusão digital e cidadania, vinculado ao Centro de Cidadania e Ação Social da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos – prdias@unisinos.br.

² Engenheiro da Computação em Formação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos – Técnico em Informática pelo Projeto Eu-Cidadão – bplost@unisinos.br.

³ Assistente Social em formação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos – Estagiária em Serviço Social pelo Projeto Eu-Cidadão - tanielioliveira@gmail.com.

⁴ Analista de Sistemas em formação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos – Educadora Social pelo Projeto Eu-Cidadão – taylcp@unisinos.br.

contributing to their social, cultural and economic is one of the purposes and objectives of the Project Eu-Cidadão, who believes that new technologies can have a big impact on the productive inclusion and combating poverty. The project is intended for users of the Social Assistance given by the social assistance network in São Leopoldo, the public schools and students fellows Prouni Unisinos and social projects at the University, provided that the per capita income does not exceed two times the minimum wage. The workshops are built in conjunction with the public served, taking into account the personal skills, cognitive, intellectual and social needs of each group to deal with computers. The workshops are divided in groups of up to 15 users with weekly meetings 2h/aula in a period of 30 meetings.

Keywords: Tecnology. Citizenship. Inclusion.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade da informação está sustentada por quatro pilares fundamentais: comunicação, informação, conhecimento e aprendizagem. Sobre estes baluartes o papel da disseminação da informação torna-se essencial para a construção do conhecimento e para a formação cidadã. As tecnologias da informação e comunicação podem ser grandes ferramentas neste processo, possibilitando a democratização e universalização da informação com grande potencialidade para minimizar a exclusão social. Porém, existe uma barreira neste processo e inicia justamente pelo acesso dos menos favorecidos economicamente ao acesso a estas tecnologias. No Brasil, a exclusão digital é um problema social e político, pois é decorrente da escassez de recursos devido à péssima distribuição de renda no país.

Para que estas ferramentas realmente possam desempenhar seu papel na autonomia e fortalecimento cidadão é necessário primeiro atentar a utilidade social para que se proponha, conhecendo seu público e extrair destes suas potencialidades. Não basta apenas a conexão física e acesso ao hardware, ou melhor, não é o acesso à tecnologia que promoverá a inclusão, mas sim a forma como essa tecnologia vai atender às necessidades da sociedade e comunidades locais, com uma apropriação crítica e efeitos impactantes na melhoria de sua qualidade de vida.

O que se propõe neste trabalho é desmistificar a ideia de que a inclusão digital deve ser pensada para fins econômicos, para formação no mercado de trabalho e restrita ao pacote Windows/Office. Apresentaremos uma experiência de um Projeto Social da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, que se preocupa em oferecer atividades contextualizadas às características dos grupos sociais envolvidos de modo que a utilização da tecnologia seja feita de maneira conexa ao modo de vida desses grupos e às suas necessidades, e que promovam a troca e a socialização de experiências entre indivíduos e grupos, mediadas pela tecnologia.

2 O PROJETO EU-CIDADÃO: INCLUSÃO DIGITAL E CIDADANIA

O Projeto Eu-Cidadão: inclusão digital e cidadania consolida-se hoje como uma iniciativa do Centro de Cidadania e Ação Social da Unisinos em somar esforços e recursos para a promoção da inclusão digital e o acesso às novas tecnologias da informação, através de seus laboratórios, localizado em rede no Campus e no Centro do município de São Leopoldo.

Destina-se a grupos que se encontram em desvantagem pessoal e familiar resultante de deficiências; exclusão pela pobreza, dificuldade de acesso às políticas públicas, perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade, inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal e oferece de forma gratuita, oficinas de cidadania com ênfase em inclusão digital.

O Eu-Cidadão inclui-se no âmbito das ações de Proteção Social Básica, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social, que entre seus objetivos está à prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades.

De acordo com o artigo 2º, inciso I, da Resolução nº 16, de 5 de maio de 2010, do Conselho Nacional de Assistência Social, o Eu-Cidadão caracteriza-se por ser um projeto de assistência social de atendimento, cujos serviços são executados de formas continuadas, permanentes e planejadas, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal.

O Projeto viabiliza trocas de saberes e vivências (conhecimentos) e ações socioeducativas complementares e que tenham por finalidade estimular o acesso as tecnologias de informação, além de proporcionar com que as pessoas possam navegar livremente pela Internet, pesquisar, ler notícias, digitar documentos e currículos, enviar emails, gerenciar contas de correio e bancárias e cadastrar documentos.

Um assistente social, um técnico em informática, uma educadora social e uma estagiária formam a equipe que assiste os participantes do projeto. O espaço proporciona além da presença e participação da comunidade às tecnologias da informação, a elaboração de Trabalhos de Conclusão, o trabalho voluntário e o voluntariado acadêmico⁵.

⁵ Programa de Voluntariado Acadêmico da Unisinos - PVA, cuja finalidade é o desenvolvimento pessoal, ético, cívico e social dos alunos dos cursos de graduação e sequenciais e consiste na participação, não remunerada e sob a forma de serviço voluntário, em práticas que propiciam formação social, solidária e cidadã, vinculadas aos projetos sociais da universidade.

3 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS E TEÓRICAS:

O acesso à tecnologia, em especial à internet, reflete as desigualdades e os problemas sociais do Brasil. Pesquisas do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação do Comitê Gestor da Internet – CGI informam que nas camadas sociais mais altas, o acesso à internet está presente em 96% dos domicílios. Entre os mais pobres, esse percentual despenca para 5%. A velocidade da conexão de ricos e pobres também é profundamente desigual: 25% dos usuários da classe A mantêm uma conexão de mais de 8Mbps, velocidade disponível a apenas 3% dos cidadãos das classes D e E.

Os estudos com data de junho/2012 explicam que o grande problema da internet no Brasil é o preço. Os computadores custam muito, e a conexão está entre as mais caras do mundo. É considerada classe média uma família cuja renda per capita varia de R\$291,00 e R\$ 1.019,00, o que torna inviável para grande parte das pessoas adquirirem um computador com acesso à rede. Segundo a pesquisa divulgada, 70% dos entrevistados que não têm computador em casa apontaram o custo elevado como a principal causa para a ausência do equipamento. Entre os que não têm internet, o preço foi à razão indicada por 48%.

É, no entanto, fato que enquanto uma pessoa da camada social mais alta tem acesso ao ciberespaço e a todas as fontes de informação disponíveis através das Tecnologias da Informação (TI's), aqueles que compõem as camadas mais pobres da sociedade ficam privados de interagir, de explorar as páginas da Internet, fazer download de arquivos, e assim sendo, as oportunidades dos incluídos na Sociedade da Informação são indiscutivelmente maiores do que as daqueles que vivem a apartheid digital.

Segundo informações do Comitê Gestor da Internet – CGI, na população brasileira, em que o rendimento é de “até um salário mínimo, o percentual de usuários de internet é de 16%, contra 79% de usuários na faixa de cinco ou mais salários” (Comitê Gestor da Internet1 - CGI, 2010, p.17). O mesmo Comitê demonstra que, pesquisando somente a população de baixa renda, 84% não possuem acesso algum à Internet e que os 16% restantes realizam esse acesso de cybercafés, lan houses ou telecentros.

Embora as estatísticas revelem um crescente aumento do número de conectados entre as camadas favorecidas, no que se refere à população de baixa renda, a falta de infraestrutura física, de computador e o custo elevado das conexões apresentam-se como importantes fatores responsáveis pelo não acesso à Internet dessa população (CGI, 2010, p.1).

Mesmo que possa crescer o número de jovens conectados, isto possivelmente se deverá mais ao aumento de frequência nos espaços públicos que pela melhoria

socioeconômica dessa parcela da população. Nesse sentido, a conexão de per si ou a chamada inclusão digital não será certamente indicadora de inclusão social ou do fim das diferenças sociais.

Este apartheid digital pode ser visto e analisado sob vários aspectos, sejam eles sociais, econômicos ou regionais, porém a dimensão do acesso aos computadores é a primeira barreira a transpor para viabilizar oportunidades reais de inclusão digital.

O desenvolvimento das Tecnologias da Informação (TI's) e sua desigual apropriação pelas diferentes camadas sociais originaram um novo tipo de desigualdade, cuja face mais visível é a impossibilidade de acesso dos mais pobres ao computador, à internet e aos conhecimentos básicos de informática. Trata-se da desigualdade digital, ou, mais popularmente, de exclusão digital.

A Política Nacional de Assistência Social, na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, salienta que:

As novas tecnologias da informação e ampliação das possibilidades de comunicação contemporânea têm um significado, um sentido técnico e político, podendo e devendo ser consideradas como veios estratégicos para uma melhor atuação no tocante às políticas sociais e a nova concepção do uso da informação, do monitoramento e da avaliação no campo da política de assistência social (PNAS, 2004, p.09).

A inclusão digital deve ser pensada como um processo complexo que tanto envolve pessoas com alguma iniciação em informática, como outras sem nenhuma iniciação. Há também uma diversidade, não negligenciável, em termos de habilidades pessoais, cognitivas, intelectuais e sociais para lidar com os computadores. Assim, é adequado pensar no processo como dirigido, segmentadamente, a diferentes grupos de usuários.

Segundo Iamamoto (1999), vive-se hoje uma terceira revolução industrial acompanhada de profundas transformações mundiais. Assim como em etapas anteriores do desenvolvimento industrial, radicais mudanças tecnológicas envolveram uma ampla expulsão da população trabalhadora de seus postos de trabalho.

Estas radicais mudanças tecnológicas estão sendo conceituadas pelas Ciências Sociais como “Sociedade da Informação” ou mesmo “Sociedade do Conhecimento”; mas, afinal, que sociedades são estas? Qual sociedade vive-se atualmente?

Primeiramente, cabe a apropriação do que essas terminologias significam, para se compreender questionamentos e, posteriormente, refletir acerca das mudanças paradigmáticas que as (re)configuram.

Para Castells (2002), a Sociedade da Informação é um conceito utilizado para descrever uma sociedade e uma economia que faz o melhor uso possível das tecnologias de informação e comunicação no sentido de lidar com a informação, e que toma esta como elemento central de toda a atividade humana. Já a Sociedade do Conhecimento é marcada pela explosão das tecnologias, em especial da tecnologia da informação (TI), que resulta contínuas e profundas transformações.

Sintetizando podemos afirmar que não existe Sociedade do Conhecimento sem que haja uma Sociedade da Informação, pois esta conota o conhecimento/informação como uma construção social (Dowbor, 2009), um bem dito contrário ao caso dos bens materiais porque não se perde e o seu uso não reduz o estoque.

De acordo com Baracho et.al. (2009) a capacidade de acesso e de uso da informação vem se consolidando como principal elemento para o desenvolvimento econômico e social, além de requisito para o exercício da cidadania. É por meio do acesso à informação que o cidadão tem condições de conhecer e cumprir seus deveres, bem como de entender e reivindicar seus direitos, participar e ocupar seu espaço na sociedade, assim com acompanhar, avaliar e questionar as ações do Estado.

É importante lembrar que, no Brasil, o direito à informação não se restringe ao que consta nas repartições públicas, mas também na obrigação do Estado em produzir a informação, quando inexistente.

... todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestados no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. (XXXIII, do artigo 5º da Constituição Federal)

Frente às diversas formas de disseminação da informação/conhecimento, a inclusão digital é um elemento importante nas políticas para a sociedade da informação, especialmente naqueles países que apresentam um maior grau de desigualdade social, como no Brasil, que advém de longos processos históricos de exclusão desde sua formação.

Para avançarmos no enfoque da inclusão digital é importante ressaltarmos a dialética entre exclusão/inclusão, que se torna mais complexa e profunda na atual Sociedade do Conhecimento, exigindo análise e reflexões intensas e constantes acerca da questão. A inclusão (digital ou social) é par da exclusão sendo a própria exclusão social uma manifestação particular das desigualdades sociais, sobretudo das desigualdades que se expressam sob o rótulo de pobreza.

A inclusão digital é um processo que deve levar o indivíduo à aprendizagem no uso das TIC's e ao acesso à informação disponível nas redes, especialmente aquela que fará diferença para a sua vida e para a comunidade na qual está inserido. (BARACHO et.al., 2009, p.05)

Segundo informações do Comitê Gestor da Internet – CGI, na população brasileira, em que o rendimento é de “até um salário mínimo, o percentual de usuários de internet é de 16%, contra 79% de usuários na faixa de cinco ou mais salários” (Comitê Gestor da Internet1 - CGI, 2010, p.17). O mesmo Comitê demonstra que, pesquisando somente a população de baixa renda, 84% não possuem acesso algum à Internet e que os 16% restantes realizam esse acesso de cybercafés, lan houses ou telecentros.

Embora as estatísticas revelem um crescente aumento do número de conectados entre as camadas favorecidas, no que se refere à população de baixa renda, a falta de infraestrutura física, de computador e o custo elevado das conexões apresentam-se como importantes fatores responsáveis pelo não acesso à Internet dessa população (CGI, 2010, p.1).

Mesmo que possa crescer o número de jovens conectados, isto possivelmente se deverá mais ao aumento de frequência nos espaços públicos que pela melhoria socioeconômica dessa parcela da população. Nesse sentido, a conexão de per si ou a chamada inclusão digital não será certamente indicadora de inclusão social ou do fim das diferenças sociais.

Nas duas últimas décadas, visando fomentar a inclusão digital, inúmeros programas veem sendo desenvolvidos pelos governos. Os programas que são direcionados aos jovens de baixa renda são basicamente os que implementam o acesso à computadores e internet em escolas públicas e telecentros.

Os telecentros são uma proposta do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, definidos como espaços públicos e gratuitos que visam proporcionar acesso às TIC, com computadores conectados à internet, “incluindo navegação livre e assistida, cursos e outras atividades de promoção do desenvolvimento local em suas diversas dimensões”.

Compreendendo esta complexidade, o Projeto Eu-Cidadão desenvolve não apenas cursos direcionados de informática, mas oficinas de cidadania com ênfase em inclusão digital, divididas por módulos e construídas de acordo com a necessidade do público atendido e suas particularidades.

4 METODOLOGIA

O Projeto é um dos pioneiros na adesão do Programa de Voluntariado Acadêmico da Unisinos – PVA. Soma-se ao quadro de voluntários e colaboradores nestas oficinas a participação dos trabalhadores da empresa SAP Labs Latin America, que ao conveniar, mediante a doação de 36 computadores ao Projeto, solicitou a abertura de turmas para os seus colaboradores desenvolverem o voluntariado.

A formação das turmas ocorre mediante a divulgação das oficinas pela equipe do Projeto na Rede Socioassistencial do município. Após divulgação, as instituições componentes interessadas entram em contato via email ou telefone e é realizada visita institucional para conhecer o público, fazer entrevista, preencher ficha cadastral, realizar seleção segundo os critérios estabelecidos e estabelecer início e término das oficinas.

Para critério de ingresso são priorizados usuários da assistência social indicados pela Rede Socioassistencial, público das escolas públicas e dos projetos sociais da Unisinos, desde que a renda familiar per capita não ultrapasse dois salários mínimos.

Os alunos (as) Prounistas da Unisinos são comunicados da abertura de vagas para oficinas de profissionalização, mediante envio de email pelo Setor da Ação Social e por cartazes de divulgação no Campus. O critério de adesão é ordem de inscrição, realizada pessoalmente em dia e hora estabelecido pelo Projeto. As oficinas desse público ocorrem nos períodos de férias letivas, pedido proposto pelos próprios bolsistas para não coincidir com as aulas.

As oficinas realizadas no Campus são preferencialmente destinadas aos colaboradores da SAP, segundo convênio realizado, sendo que no turno da tarde são essencialmente de crianças e adolescentes. Isto porque além da liberação de seus funcionários, a SAP fornece transporte às crianças e adolescentes. A adesão dos colaboradores da SAP ocorre mediante divulgação aos funcionários via intranet e é realizada pela secretaria do Projeto SAPlings em parceria com a equipe do Eu-Cidadão.

No final dos encontros são emitidas fichas de avaliação, contendo uma parte auto avaliativa e outra sob a perspectiva dos voluntários e colaboradores. Os certificados são concedidos para todos que obtiverem 75% de frequência, sob a forma solene de formatura.

Dentro desta perspectiva podemos concluir que estamos potencializando o público atendido para uma participação mais expressiva na sociedade do conhecimento e contribuindo para seu desenvolvimento social através das práticas de inclusão digital? Nossa experiência nos permite afirmar que, apesar dos avanços tecnológicos e das conquistas com a

democratização da informática, inserir o indivíduo na era digital não é suficiente para garantir seu desenvolvimento social, visto que nem os direitos sociais básicos como a educação estão universalmente disponíveis. Acreditamos que o ponto nevrálgico que o Eu-Cidadão se propõe atingir, ao promover a inclusão digital, é centrar as ações nas necessidades e características de cada participante. Descortinar possibilidades, incentivar a pesquisa, ao questionamento, revelar instrumentos que contribuam para a prática cotidiana, seja nos estudos, para o trabalho ou lazer. É proporcionar um espaço de escuta, de atenção, de troca e de convivência.

É uníssona a afirmação de que em uma sociedade cujo sistema é capitalista, a inclusão digital é mais uma exigência do mundo globalizado, no qual as mudanças no processo de produção estão sob novas formas, mas os mecanismos de acumulação de capital e concentração de riquezas permanecem basicamente os mesmos na sociedade da informação e do conhecimento.

5 CONCLUSÕES

No processo de construção do conhecimento, utilizando como ferramenta as tecnologias da informação, em especial o uso da informática, o que comumente vem sendo praticado é a apropriação para inserção no mercado de trabalho. Não que isto deva ser negado, porém não deve ser exclusivo. Nossa intenção é que as oficinas de informática transmitam informação que impulsionem criticidade e provoque mudança comportamental no indivíduo e em seu grupo social.

Assim sendo, a inclusão digital deve ser pensada como um processo complexo que tanto envolve pessoas com alguma iniciação em informática, como outras sem nenhuma iniciação. Desta forma, as oficinas propostas pelo Eu-Cidadão são construídas em consonância com os usuários, levando em conta suas limitações e habilidades, bem como as características do público atendido e o interesse do usuário em procurar o projeto.

Em uma sociedade marcada por contrastes sociais, a necessidade de envolver o público e o privado é essencial. As políticas de inclusão devem ter propostas mais amplas e articuladas a outras políticas, por esta razão, a inserção do Projeto na Rede Socioassistencial, torna-se mais um nó neste emaranhado de possibilidades. Não podemos esquecer também que ao promover a democratização e o acesso aos conhecimentos digitais, possibilitamos não apenas que o público usuário seja beneficiado, mas também os Voluntários Acadêmicos e os Trabalhadores Voluntário-colaboradores. A experiência proporcionada através do

voluntariado tem garantido novas experiências e afirmado escolhas, prova disto tem sido os depoimentos dos voluntários, sua permanência como colaborador junto ao projeto e o aumento significativo de adesão.

REFERÊNCIAS

BARACHO, R. M. A. et. al. Projeto de inclusão digital para a comunidade de Ouro Branco. **Revista de Extensão da Universidade de Taubaté (Unitau)** – Brasil, v. 2, n. 1, 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pela EC de n. 1, de 1992, a n. 31, de 2000, e pelas EC de Revisão de n. 1 a 6, de 1994. 16. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Traduzido por Roneide V. Majer. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CGI. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2008**. Coordenação executiva e editorial Alexandre F. Barbosa; São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2009.

_____. Análise dos Resultados da TIC Domicílios 2009. **Série história – Total Brasil e área urbana**. Alexandre F. Barbosa; São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2010.

DAWBOR, Ladislau. **Tecnologia em Rede. Tecnologias Sociais: caminhos para a sustentabilidade** – Brasília/DF: s.n, p. 83–90, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo, Cortez Editora, 1999.

MELO, M. M. **A Internet avança com desigualdades**. Disponível em: <<http://www.nic.br/imprensa/clipping/2012/midia627.htm>>. Acesso em: 19 set. 2013.

PLANO POLÍTICO INSTITUCIONAL – PPI. **Rede Jesuíta de Cidadania e Ação Social [SJ-CIAS]**. 4. ed. jul. 2012.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS – Brasília, 2004.

PROGRAMA DE VOLUNTARIADO ACADÊMICO. Disponível em: <http://www.unisinos.br/carreiras/index.php?option=com_content&task=view&id=231&Itemid=242&menu_ativo=active_menu_sub&marcador=242>>. Acesso em: nov. 2011.

RESOLUÇÃO Nº 16, DE 5 DE MAIO DE 2010 - Define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal.

RÜHEE, P. O melhor parque tecnológico do Brasil. **Tecnosinos conquista premiação da Anprotec**. Disponível em: <<http://www.juonline.com.br/index.php/inovacao-e-tecnologia/23.09.2010/o-melhor-parque-tecnologico-do-brasil/246f>>. Acesso em: nov. 2011.

SANTOS, E. S. **Desigualdade Social e Inclusão Digital no Brasil**. Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional) — Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2006.